

O INTERESSE DA ÉTICA

Manuel J. do Carmo Ferreira

Ficha técnica

O Interesse da Ética

© Manuel J. do Carmo Ferreira, 2005

Comunicação apresentada no XIX Encontro de Filosofia, *A Ética e os desafios do mundo contemporâneo*

Edição Apf - Associação de Professores de Filosofia

Texto anterior ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor

O interesse da Ética

Manuel J. do Carmo Ferreira

Universidade de Lisboa

O tema proposto com o presente título encerra um duplo genitivo, subjectivo e objectivo: Duplo sentido que veicula uma tese a defender: a convergência das duas perspectivas implicadas: A Ética é objecto de interesse quando é apenas se o interesse é objecto da Ética.

1. Porque interessa a Ética?

A recorrente invocação da Ética nos debates actuais na esfera pública pode aparecer como um último recurso para estabelecer uma derradeira instância de justificação de atitudes e de aferição de razões de admissibilidade de condutas, no contexto de uma experiência difusa de desintegração, de uma fragilização extrema dos argumentos, de uma vulnerabilidade essencial das convicções.

A perplexidade crescente, porém, afecta a própria posição da exigência ética. “Tudo é nevoeiro “ é uma imagem apropriada para circunscrever o presente estado de indefinição no domínio das motivações da acção, como expressivamente Fernando Pessoa lhe deu voz na

Mensagem:

Ninguém sabe que coisa quer

Ninguém conhece que alma tem

Nem o que é mal nem o que é bem [...]

Tudo é incerto e derradeiro.

Tudo é disperso, nada é inteiro

A situação vivida tem efectivamente como parâmetros a visível “desautorização das autoridades morais”; a continuada crise dos fundamentos; o permanente conflito das interpretações; a pluralidade irreduzível dos elementos contemporâneos em que se procura radicar a legitimação de um imperativo ético.

2. Porque interessa o ético?

Magna questão de muitos modos formulada: Que torna preferível a paz à violência? A liberdade à servidão? O que é justo ao que é injusto? A ciência à ignorância? A veracidade à dissimulação? A honestidade à corrupção? A vida à morte? O ser ao não ser? Ou não?

Porquê o confronto com a alternativa? Porquê o irrecusável? Porquê o de todo inaceitável?

Porquê eu e não o outro? Porquê o outro e não eu?

A pergunta do Talmud de Babilónia condensa pela irrupção do essencial todo o âmbito de um ter de posicionar-se sem esquivo possível, ao mesmo tempo que indicia a resposta:

Se não respondo por mim, quem responderá por mim?

Mas se só respondo por mim, serei ainda eu?

Ou, na versão de Primo Levi:

Se não for eu a encarregar-me de mim, quem o fará por mim?

Se não é assim que é preciso fazer, que fazer?

*E se não é agora, é quando? **Se non ora, quando?***

(Canção de Gidel)

3. A pergunta de Kant:

Porque nos interessa a moralidade? **Fundamentação da metafísica dos Costumes.**

A dignidade filosófica do conceito de interesse: o arco da sua inscrição no intento fundador de uma ética do sentimento (os moralistas ingleses dos séculos XVII e XVIII) à sua exploração contemporânea na perspectiva de uma pragmática transcendental ou quase-

transcendental (Apel e Habermas), elo de ligação entre os processos da vida individual e social e a produção do conhecimento.

A presença reiterada do conceito nos diferentes autores, com diversos matizes e numa dialéctica de ambiguidade, por um lado indispensável ao agir, por outro factor de desagregação ética; mas três vectores são isoláveis como estruturando o discurso: a universalidade de uma auto-afecção e a sua prioridade de fundação e legitimação.

a) O interesse é, na sua radicalidade, *self-interest*, sinónimo de *self-love*, afecção de si por si, suporte e veículo de obrigação, exercício continuado da vida que por ele ganha unidade e consistência (Joseph Butler); A. Smith fala de um “interesse do Universo” “comum a todos os seres que sentem e são capazes de entendimento”: a segurança de vida e o reconhecimento social.

b) “Interesse” é um termo primitivo, inderivável de um género superior (Jeremy Bentham), princípio ou fundamento de aprovação ou rejeição.

c) O interesse é constitutivamente bifronte como exclusiva referência a si (egoísmo) ou como referência inclusiva ao outro de si, dualidade bem tematizada por Rousseau na sua diferenciação entre *intérêt propre* e *intérêt personnel*, rigorosamente idêntica a esta outra entre *amour propre* e *amour de soi-même* (**Discurso sobre a origem da desigualdade**)

A retomada do tema do interesse no contexto de uma teoria da acção comunicativa:

A fundamentação da Ética ou de legitimação das normas consiste num princípio de universalização dos interesses, pela obrigação da mediação dos interesses de todos os possíveis afectados, nas condições-marco da situação histórica, mas sem preconceber a existência, conteúdo e justificação de interesses determinados: seria constituinte a referência como que a um interesse a priori puro, um como que *factum* primitivo (Apel).

Habermas situa-se mais decididamente numa tipologia dos interesses, distribuídos em *técnicos, estratégicos e de emancipação*, mas neste o que está verdadeiramente em causa é a constituição da identidade, de uma identidade em referência ao outro (*Einbeziehung*), não a inclusão, a assimilação, mas o contar com, menos na dimensão ética da posição pessoal e mais na dimensão política do mundo da vida social: “como é que os seres humanos, sob as condições

objectivas de um sempre crescente potencial técnico, podem e querem viver uns com os outros” (*Technik und Wissenschaft*, pp. 113/114).

Grupos de interesses correspondem a tipos de racionalidade:

Razão técnica e agir instrumental (ciências empírico-analíticas) – razão hermenêutica e agir estratégico (ciências histórico-hermenêuticas) – razão comunicativa e interação simbolicamente mediada (ciências críticas), cujos fins são: a emancipação, a individuação, a extensão da comunicação não distorcida e livre de domínio, numa palavra, *a vida boa, a vida conseguida (gelungenes Leben)* na faculdade de auto-reflexão, síntese de conhecimento e de interesse (Op. cit. 162-164).

O interesse ético é aqui uma tomada de posição numa situação pessoal e histórica quanto à ordem de fins, a geratriz de uma topologia que nos confronta de modo crítico com a pergunta: que interesses servimos ou, na máxima generalidade: que queremos poder? E com que finalidade? Como instalar o interesse incondicional pela autenticidade da comunicação nos interesses sempre condicionados da facticidade, da historicidade e da contingência? Será esta tensão nunca resolvida no pensamento de Habermas entre a exigência de uma instância incondicional de legitimação do fáctico e a ausência de uma fundamentação última e a fragilidade da fundação pragmáticotranscendental da moral que o encaminha para o primado do Direito como ideia reguladora da convivência humana.

4. A resposta de Kant e o interesse vinculativo do eu em Fichte

A problematidade radical do interesse reside em este coincidir com a posição da questão da identidade: o interesse é sempre o interesse de alguém; e quem é este que o interesse mobiliza e converte em exercício de ser, é uma pergunta que precede a descrição daquilo que pode interessá-lo: o ponto de aplicação do interesse é precedido e determinado como resposta à decisão interessada de ser e de agir, pois nela se constitui quem procura ser autor e não simplesmente actor ou agente do que faz ou deixa de fazer.

«É-nos totalmente impossível a nós homens explicar como e porquê nos interessa [...] a moralidade. Apenas uma coisa é certa: – não é porque tenha interesse que tem validade para nós [...], mas sim interessa porque é válida para nós como homens, pois que nasceu [...] do nosso verdadeiro eu»: esta impossibilidade está articulada com a posição matricial da nossa identidade como seres humanos – uma esclarecerá a outra; o interesse por si como sujeito

moral é tão inconceptível de explicação quanto o interesse pela Ética, porque são um só. E só a explicação é impossível porque a instância fundacional ou a acção fundadora não é inserível numa cadeia de razões, mas a razão de todas as razões advenientes, acto estruturante apenas atestável numa existência já estruturada.

Coube a Fichte reflectir sobre a natureza deste interesse de todos os interesses.

Numa época que se “despediu dos principais” (Odo Maquard), toda empenhada em operações de desconstrução, pode aparecer insólita e anacrónica a pergunta pelo fundamento.

A questão do fundamento parece, aliás, não resistir a uma dificuldade lógica interna, descrita por Hans Albert, um discípulo alemão de Karl Popper, no seu *Tratado sobre a Razão Crítica*, de 1968, como o trilema de Munchhausen: ela configurará sempre quer um regresso ao infinito, quer um círculo lógico, ou então uma decisão arbitrária, investindo um elemento da série das razões no primeiro princípio.

A pragmática transcendental tenta uma solução por via de uma circularidade não viciosa; Fichte propõe-nos o fundamento como uma decisão não dogmática.

O último fundamento da experiência é um elemento dado no interior do circuito da própria experiência, a Coisa, na linguagem de Fichte, a naturalidade absoluta, uma pura imanência da objectividade, completa exterioridade, ou esse fundamento consiste numa iniciativa, numa espontaneidade instauradora de sentido? A razão não fornece qualquer argumento decisivo em favor de um termos da alternativa, que carece, no entanto, de um motivo. Esse motor da resposta, essa razão última de todas as razões, é o interesse: «O interesse supremo e o fundamento de todo o restante interesse é o interesse por nós próprios.» (*Primeira Introdução à Doutrina da Ciência*, GW 4, p. 194). Perder-se ou afirmar-se é a opção iniludível. Perder-se por se identificar apenas pela mediação das coisas que lhe devolvem, como o reflexo de um espelho, a sua identidade, e que nessa objectivação total, nesse ser por uma perfeita alteridade (alienação), “um produto das coisas, um acidente do mundo”, ganha segurança e a comodidade de se desencarregar de si, confiado à inevitabilidade da ordem natural; ou afirmar-se, reivindicando uma autoria de si, uma protagonização da sua vida, convertendo o mundo em campo da sua acção e horizonte das possibilidades, uma aventura e não um destino imposto. Diz Fichte: «O princípio dos dogmáticos é a crença nas coisas por causa de si próprios», do seu próprio interesse; aquele que se recusa «a tomar-se como um pedaço de larva na lua» (*Fundamentos da Doutrina da Ciência*, trad. port. p. 90), que procura a pertença de si como

supremo interesse, «crê na sua autonomia (*Selbständigkeit*) e agarra-a com afecto (*Affek*)». É sempre o interesse por si que tudo move e tudo mobiliza: o interesse por si contra si, na desistência e na alienação de si, ou o interesse por si, na responsabilidade, que uma emoção acompanha, de se tornar presente. Estaremos, com esta afirmação, perante um absoluto delírio e alucinação solipsista?

Este auto-interesse, uma decisão, uma crença e uma afeição por si, pode desdobrar-se em auto-estima (o seu bem é bem), auto-confiança (tem direitos e direito a um projecto de vida) e auto-respeito (a capacidade de discriminar o bem do mal). Este si mesmo como condição última só se torna possibilidade realizada e aposta vencida numa operação de reconhecimento que significa a um tempo, a notificação, a informação (de um campo), a identificação e a resposta agradecida.

O interesse por si é efectivado por uma *Aufforderung*, uma chamada, um apelo, uma convocação, uma reclamação, uma injunção do outro, uma exigência que me é feita de responder: o outro está presente na génese de mim não exteriormente nem condicionalmente, nem causalmente, mas como a oportunidade mesma do acesso a si.

Personagens em busca de autor, o outro entra em cena provocando a nossa réplica como inauguração de ser. Umberto Eco (*Cinco questões de moral*) di-lo de uma forma insuperável: «Como o ensinam as ciências humanas e o outro, é o seu olhar que nos define e nos forma. Assim como não podemos viver sem comer nem dormir, não chegamos a compreender quem somos sem o olhar e sem a resposta do outro. Mesmo aquele que mata, viola, rouba, ultraja, fá-lo e momentos excepcionais e, no resto do tempo, mendiga junto dos seus semelhantes aprovação, amor, respeito, elogio. Mesmo ao ser que humilha pede o reconhecimento do medo e da submissão. [...] Poder-se-ia morrer ou enlouquecer se se vivesse numa comunidade em que cada membro tivesse decidido, sistematicamente, nunca olhar para nós e comporta-se como se não existíssemos» (pp. 138-139).

5. Retomando Kant: «Interesse é aquilo pelo qual a razão se torna prática, isto é, se torna em causa determinante da vontade» e «prático é aquilo que é possível pela liberdade».

Há uma patologia do interesse quando este se subordina aos objectos visados; só é prático o interesse, isto é, só coincide com a liberdade, quando significa a intencionalidade

mesma do agir como exercício de autoconstituição do sujeito ético, quando o que interessa é a própria viabilização de si numa comunidade de seres racionais.

Por isso Hegel pode escrever (*Enciclopédia*, § 475) que «sem interesse nada se realiza»; o interesse é «a tradução da subjectividade do conteúdo [...] em objectividade»; significa então «a vitalidade do sujeito, segundo a qual ele mesmo é no seu fim e na execução deste», implicação recíproca do ser e do agir e, quando exige a inteira subjectividade operante, aparece como «paixão». O interesse por si não se confunde com «o devaneio insípido de uma felicidade natural» nem a adesão a um universal como a coisa inerte do dever pelo dever. Uma liberdade sem condições que caracteriza o ético coincide mediante o interesse com a singularização do agente que busca a satisfação dos seus fins. «Eu como este indivíduo não quero e não devo afundar-me na execução do fim. Isto é o meu interesse. Não é lícito confundir isto com o egoísmo, pois este prefere ao conteúdo objectivo [a liberdade efectiva] o seu conteúdo particular». A liberdade que interessa não é o enclausuramento na eguidade, ensimesmamento, insularização, composição de redutos intransponíveis, fronteira contra fronteira, absolutização da diferença, mas reconciliação do que é comum, comunicação e partilha, encontro fraterno, «a máxima liberdade é a máxima comunidade»: o interesse é a função da síntese realizante, o operador de singularização liberta de si mesma e capaz do universal, um eu que é um nós e um nós que é um eu, que reconhece como sendo reconhecido e que é reconhecido como reconhecendo. Por isso este interesse não se confina ao plano da existência imediata, mas faz ser, na criação de instituições e na intervenção na história, a liberdade de todos e de cada um.

7. A última palavra: «A impossibilidade de descobrir e tornar concebível um *interesse* que o homem possa tomar pelas leis morais é idêntica à impossibilidade subjectiva de explicar a liberdade da vontade» (Kant) a lei moral, isto é, a lei suprema da liberdade: «E assim nós não concebemos, na verdade, a necessidade prática incondicionada do imperativo moral, mas concebemos, no entanto, a sua *inconcebibilidade*, e isto é tudo o que, com justiça, se pode exigir de uma filosofia que aspira a atingir, nos princípios, os limites da razão humana.»

A liberdade é sempre um começar de novo, um “caminho de pé posto” e o interesse por si é sempre comparência a uma encruzilhada, uma opção, uma alternativa sem termo médio: ou a ausência de uma abstracção, diáspora de ser e fragmentação ou afirmação sempre em risco, crença sempre em questão. A pergunta do início – porque antes a paz, a liberdade, a justiça, a

ciência, a veracidade, a honestidade e a vida, do que a violência, a servidão, a injustiça, a ignorância, a dissimulação, a corrupção e a morte, só uma resposta fundada e possível: porque sim, por um autopatentamento anterior as razões simplesmente analíticas de uma adesão, por isso que interessa ser *index sui et mali*, como Espinosa dizia da verdade, e, indissociavelmente uma questão de integridade, de inteireza pessoal a que se tem de responder em nome próprio, sob pena de desintegração total e de falta de comparência.